



ID: 117438192

30-05-2025

Investimento das empresas em ciência é uma “ilusão”

Reitora do ISCTE ‘desmonta’ crescimento do sistema científico

JOANA PEREIRA BASTOS

O crescimento do sistema científico nacional que tem sido apregoado nos últimos anos não passa de uma “ilusão”, porque é conseguido exclusivamente graças ao alegado investimento das empresas em Inovação e Desenvolvimento (I&D), que “não corresponde a verdadeira investigação científica”. O Estado dá às empresas milhões de euros em benefícios fiscais para aplicarem nesta área, mas não tem capacidade para fiscalizar a sua execução e o grosso do dinheiro “fica a pairar” e acaba por se perder ou é usado pelos privados sem vantagem para o país. A análise é de Maria de Lurdes Rodrigues, reitora do ISCTE e ex-ministra da Educação, no livro “Investimento em Ciência”, que será lançado na próxima semana.

Publicado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, a obra analisa a evolução do investimento neste sector nas últimas décadas, aprofundando uma investigação que a responsável coordenou em 2023 e que concluiu que a despesa pública em I&D caiu a pique no período da *troika* e nunca recuperou desde então, estando agora em níveis inferiores aos registados no início dos anos 1990.

Apesar de o investimento público estar a cair (ver gráfico), a despesa total executada em investigação e desenvolvimento em Portugal — que resulta do investimento do Estado, com fundos nacionais e comunitários, e do investimento privado — até tem vindo, globalmente, a aumentar nos últimos anos. Está agora em 1,7% do PIB, muito longe, ainda assim, da meta dos 3%, com que todos os partidos, eleição após eleição, se comprometem.

Mas, além de muito insuficiente, o crescimento tem

sido conseguido exclusivamente à custa das empresas, em troca de benefícios fiscais, diz Maria de Lurdes Rodrigues. E o problema, adianta, é que estas verbas, que permitem às empresas ter uma dedução do IRC, são canalizadas para fundos de investimento em inovação e não são passíveis de serem executadas no imediato, acabando por não se traduzir em verdadeira investigação científica.

“Quando vamos analisar o que é, na realidade, o I&D empresarial, percebemos que estamos a viver uma ilusão. Grande parte é investimento feito em fundos de capital de risco, em troca de benefícios fiscais. A Agência Nacional de Inovação não tem condições para fazer o acompanhamento da execução desses fundos e o que acontece é que as empresas compram uma máquina nova, por exemplo, e isso entra como I&D empresarial, quando não é. Ou seja, assistimos à execução desses fundos em coisas que podem ser importantes para as empresas, mas não são inovação científica e não deviam estar a ser objeto de benefício fiscal”, explica a reitora do ISCTE, em declarações ao Expresso.

Política “mal desenhada”

Lurdes Rodrigues sustenta que “o Estado devia ser muito mais rigoroso na atribuição destes benefícios e no acompanhamento destes fundos” e que o dinheiro deveria reverter para os cofres públicos quando não é executado dentro do prazo em verdadeira I&D. Neste momento, estima-se que estejam cerca de 2.500 milhões de euros nestes fundos e a reitora tem “muitas dúvidas” de que haja capacidade para os executar, até porque a maior parte das empresas que investe neles nem sequer dispõe de departamentos de investigação ou emprega doutorados.

“Para fazer investigação é preciso ter doutorados e quando olhamos para os recursos humanos nas empresas vemos que elas empregam, no total, apenas mil. Ora, com esse número não se consegue executar dois terços da despesa de I&D, como se pretende fazer crer. É totalmente inverosímil, mas estamos todos a embarcar nesta ilusão”, diz.

Segundo a responsável do ISCTE, “o valor que o Estado não recebe à conta dos benefícios fiscais dados às empresas

para I&D é maior do que aquilo que investe do Orçamento do Estado em Ciência”, o que não faz sentido. Essas verbas, defende, deveriam ser antes canalizadas para os centros de investigação das universidades que são quem mais contribui para a produção de conhecimento, mas que estão estranguladas em termos de financiamento.

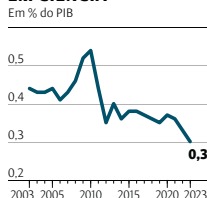
Por tudo isso, a ex-ministra da Educação considera que “a política de ciência dos últimos anos falhou”, foi “mal desenhada” e “não está a aplicar os recursos onde deve”. Se não houver mudanças a este nível, e um reforço efetivo do investimento público neste domínio, “Portugal corre o risco de se tornar irrelevante no sistema científico europeu”, conclui.

jbastos@expresso.impresa.pt



Investimento público em ciência está a cair há anos FOTO JOSÉ FONSECA FERNANDES

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO INVESTIDO EM CIÊNCIA



FONTE: DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA